



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO

Prestação de Contas do Exercício 2018

1. Aspectos Introdutórios e Conceituais

A Controladoria Geral do Município pode ser considerada como um dos principais órgãos da conjuntura municipal, uma vez que é responsável pela fiscalização das contas do município, contribuindo para que os recursos disponíveis do ente sejam utilizados da melhor forma possível. Conforme estabelecido nos ditames do art. 74 da Constituição Federal de 1988 há a necessidade de criação do Controle Interno, em cada esfera de governo, possuindo atuação independente, conforme reconhecido pelo próprio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. O mecanismo de Controle Interno faz parte da Administração, subordina-se ao Administrador, tendo por função acompanhar a execução dos atos e apontar, em caráter **sugestivo, preventivo ou corretivamente**, as ações a serem desempenhadas com vistas ao atendimento da legislação pertinente.

Os controles internos, operados de forma coordenada e sistêmica, constituem o sistema de controle interno preconizado no art. 31 da Carta Constitucional, traduzindo-se numa rede de informações destinadas a dar suporte ao administrador público para a tomada de decisões de cunho gerencial.

A função deste trabalho é orientar e demonstrar o controle da gestão dos recursos públicos em benefício da **sociedade**. Tem como objetivo final apresentar os procedimentos essenciais para o efetivo funcionamento do Controle Interno, necessário para nortear as ações de controle, bem como para formalização do Relatório de Atividades a ser apresentado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Entendemos que o fortalecimento dos mecanismos de fiscalização, controle e a capacitação e qualificação dos servidores que atuam nestes controles, representa uma importante revolução própria dos nossos avanços republicanos. Neste laudo, desenvolvido para atender a egrégia Corte de Contas Mineira (TCEMG) e para deixar claro aos mais simples cidadãos, que a controladoria vem assumindo um papel protagonista no sentido orientador neste Município, e – dentro das suas limitações técnicas e de logística – buscou atender as exigências legais e do TCEMG. *Ao ensejo sugerimos que o Tribunal de Contas amplie e continue continuamente em capacitação específica para os profissionais dos Órgãos de Controle Interno*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

Municipais, principalmente para cada área pública de atuação, objetivando a qualificação profissional que é a preparação para aprimorar suas habilidades e especializar-se em determinadas áreas, executar da melhor forma suas atribuições e controles, conseqüentemente promovendo ações orientadoras e fiscalizadoras mais contemporâneas e assertivas, aprimorando e melhorando assim o apoio ao Controle Externo no exercício de sua missão institucional.

Ao adentrarmos nos aspectos práticos do Controle Interno, buscar-se-á a compreensão do que vem a ser uma boa GOVERNANÇA PÚBLICA. Este Município, apesar do seu porte, das limitações orçamentárias que alcançam todas as Comunas brasileiras e principalmente pela a queda na receita sofrida no Exercício 2018 a partir do início do terceiro quadrimestre, devido o confisco do Estado de Minas Gerais enfrentado por quase todos municípios mineiros, veio tentando implementar boas práticas de gestão, no cumprimento das obrigações de pagamento da folha em dia, pagamento dos fornecedores e prestadores de serviços de acordo com os contratos e atas, na aplicação dos índices constitucionais na saúde e na educação, e que a rigor, possuem como um dos seus pilares a transparência, um Controle Interno mais robusto e a preocupação em se fortalecer o **Sistema** de Controle Interno e os Controles Sociais.

A institucionalização e implementação do Sistema de Controle Interno não é somente uma exigência das Constituições Federal e Estadual, mas também uma oportunidade para dotar a administração pública de mecanismos que assegurem, entre outros aspectos, o cumprimento das exigências legais, a proteção de seu patrimônio e a otimização na aplicação dos recursos públicos, garantindo maior tranquilidade aos gestores e melhores resultados à sociedade.

O Sistema do Controle Interno da Prefeitura Municipal de Conquista foi instituído pela Lei Municipal nº. 1022 de 29 de setembro de 2011, sua atuação independente vem contribuindo para que o Município de Conquista alcance os mandamentos Constitucionais fixados no *caput* do seu artigo 37: **moralidade, impessoalidade, legalidade, publicidade e eficiência.**

O objetivo principal do Controle Interno é o de possuir ação preventiva antes que ações ilícitas, incorretas ou impróprias possam atentar contra os princípios da Constituição da República Federativa do Brasil, principalmente o art. 37, seus incisos e parágrafos.

Nos termos dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal; artigos 59 da Lei Complementar nº.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

101; artigo 232 c/c 236 e 237 do Regimento Interno do Egrégio Tribunal de Contas de Minas Gerais (Resolução 012/2008); em atendimento ao disposto da Instrução Normativa nº. **04/2017** de 29.11.2017 do TCE/MG; na Lei Orgânica deste Município, combinados com os artigos 75 *usque* 80 da Lei Federal nº. 4.320; de 17 de março de 1964; apresenta-se o **RELATORIO ANUAL DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**, parte integrante da Prestação Geral de Contas através do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), **referente ao exercício de 2018.**

A Controladoria Interna, com objetivo de cumprir as suas atribuições, vem estabelecendo através de Instruções Normativas, normas a serem executadas pelos setores integrantes da Administração, objetivando o controle eficiente, transparente e a fiscalização das ações do governo municipal. Tomamos conhecimento da Decisão Normativa nº. 02/2016 de 26.10.2016, publicada em 07/11/2016 no Diário das Contas do TCE-MG, e apesar de todas as dificuldades e complexidades enfrentadas **em 2018**, inclusive devido à crise econômica do Estado de Minas Gerais, tomamos medidas Administrativas para implantação e estamos em fase de adequação e instituição das Instruções Normativas obrigatórias em diversas áreas da Administração atual. Até a presente data foram instituídas normas de procedimentos para o **Departamento de Transporte, Setor de Compras, Cadastro de Fornecedores, Almoxarifado, Patrimônio, Contratos Aditivos e Pagamentos, e Obras e Serviços de Engenharia**, sendo todas publicadas e disponíveis no endereço eletrônico <http://www.conquista.mg.gov.br/controladoria/instrucoes-normativas-da-controladoria>, Web Portal desta Prefeitura.

2. Análise Técnica nas Licitações

Nas licitações para aquisições de bens e/ou serviços comuns, o Poder Executivo adotou, regulamentado pelo Decreto Municipal 658 de 28 de Setembro de 2006 o Pregão Presencial, e sempre que possível foi utilizado o Pregão Eletrônico com a finalidade de alcançar o maior número de licitantes em potencial, observando sempre, porém, eventuais dificuldades operacionais. Com receio do enfraquecimento do comércio local, uma vez que, por regra, desenvolvemos uma política ética e impessoal de incrementar os chamamentos aos comerciantes do Município para os certames. Em observância ao artigo 15 da Lei 8.666/93 sempre que possível todas as compras estão sendo processadas através do **Sistema de Registro de Preços**, regulamentado, primeiramente, pelo Decreto Municipal 1.648/2014, que fora totalmente revogado e substituído pelo novo Decreto Municipal de Registro de Preços nº 2.511 de 02 de abril de 2018. A Administração vem formalizando Termos de Referência/Projeto Básico de acordo com a **Instrução**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

Normativa de Compras nº. 002/2018 espelhando os instrumentos de convocação (Editais) em conformidade com o disposto no artigo 5º-A. da **Lei 8.666/93**, bem como observância ao cumprimento da Lei Complementar nº. 147/2014 especialmente os artigos 43, e 47 c/c 48 aonde estabelece que: *nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as **microempresas e empresas de pequeno porte** objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. O Pregão vem se mostrando eficiente para a redução dos custos do Poder Público.*

A Controladoria Interna instituiu a **Instrução Normativa nº 002/2018 para as atividades a serem executadas pelo Departamento de Compras** abrangendo todos os processos internos de compras, que vão desde a elaboração da pesquisa de mercado e projeto básico ou termo de referência até a formalização dos instrumentos contratuais e/ou atas de registro de preços, e atualmente está em fase de elaboração e estudos a Instrução Normativa que vai regular os procedimentos específicos de Licitações com o objetivo de estabelecer a padronização, ampliar e integrar a fiscalização do Sistema de Controle Interno. Ainda foram instituídas algumas outras normas com finalidade de regular demais procedimentos correlatos às licitações, sendo a **Instrução Normativa nº 003/2018** que dispõe sobre cadastro de fornecedores interessados em contratar com a Administração Pública, e a **Instrução Normativa nº 006/2018** que estabelece normas para a execução, gestão, fiscalização, alteração e pagamento dos Contratos Administrativos, Atas de Registro de Preços ou instrumentos equivalentes no âmbito municipal, estando em andamento também, no momento, a instituição de uma Instrução Normativa específica com finalidade de regular e especificar procedimentos para a aplicação de sanções.

A Unidade de Controle Interno possui nomeado um Supervisor de Controle Interno que atua diretamente em fiscalização, suporte, orientação, emissão de Pareceres técnicos e atualização de todos os procedimentos de compras e licitações, além dos dispensados e inexigíveis, fiscalização dos contratos e instrumentos correlatos deste município. Nos últimos anos, um dos maiores problemas enfrentados, em especial nos exercícios de 2017 e 2018 é que, apesar da vigência de uma Instrução Normativa específica para Compras (002/2018) e Cadastro de Fornecedores (003/2018), há certa dificuldade por parte do departamento de compras em conseguir realizar pesquisas de preços, uma vez que, quando há a tentativa de fazer cotações diretamente com empresas dos ramos afins, nem todas fornecem ou tem interesse de participar, o que muitas vezes atrasa e prejudica o andamento dos processos e dos trabalhos da



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

Administração. Com o objetivo de agilizar e ampliar os meios de pesquisa de preços a Administração atual contratou um Sistema de Banco de Preços que vem contribuindo para o andamento dos processos de compras. Além disso, tem contribuído de forma satisfatória o Banco de Preços do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, ao qual, *respeitosamente, sugerimos uma ampliação do rol de serviços disponíveis para pesquisa*. Determinamos que, nem o Banco de Preços Contratado e nem o do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais devem ser utilizados como únicos parâmetros de pesquisas, devendo o Departamento de Compras utilizar diversos meios de cotações, principalmente locais e regionais. O Banco de Preços disponibilizado pelo TCE/MG, é uma importante iniciativa da Corte na disponibilização de uma ferramenta de dados e informações agregadas, acerca da análise e consulta dos preços praticados nas aquisições realizadas pelos Órgãos Públicos no âmbito do Estado. O mesmo além de facilitar e agilizar os trabalhos, estabelece o preço médio, mínimo e máximo, bem como a mediana, a moda, o desvio padrão e a amplitude interquartil para os itens pesquisados dentro do limite territorial, demonstrando ainda maior transparência e controle nas compras públicas.

Instituímos a **Requisição de Compras e Serviços** simplificados nos casos de compras por Dispensa, e o **Termo de Referência completo/Projeto Básico** objetivando assegurar a correta elaboração dos instrumentos convocatórios, contendo dados como: data, *protocolo, objeto, descrição detalhada, justificativa da aquisição ou prestação dos serviços, prazo de execução ou vigência do contrato, local de entrega, condições de prestação dos serviços ou fornecimento, amostra quando for o caso, garantia dos produtos/equipamentos se necessário, documentação exigida, número da solicitação no sistema, forma de pagamento, correta dotação orçamentária até o Subelemento, disponibilidade financeira, origem dos recursos, qualidades dos produtos e serviços a serem contratados, definição do Gestor e o Fiscal do Contrato ou Ata, ordenador de despesa, etc.*

Como o “poder” do Pregoeiro é muito robusto, ele deve receber dos demais setores da Prefeitura DETALHES completos para a elaboração correta dos Instrumentos convocatórios de todos os processos licitatórios. Após a implantação deste documento estamos percebendo o avanço na feitura dos processos, o que garante a busca da economicidade, uma proteção maior ao interesse público e segurança para que a Administração contrate de acordo com as necessidades.

Esta Controladoria através da Supervisão de Controle Interno analisou os processos licitatórios do **exercício financeiro de 2018**, quando necessário, consultamos consultoria contratada e a



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

AMM Associação Mineira de Municípios a qual mantemos convênio firmado, pois temos uma pasta em arquivo nesta controladoria com todas as consultas e pareceres emitidos por esses setores, e estamos sempre buscando informações nas súmulas, consultas e jurisprudências emitidas pela egrégia corte de contas TCE-MG. Além disso, com a finalidade de manter-se atualizada, a Controladoria buscou realizar durante o exercício a qualificação profissional dos servidores que a compõe através de instituições renomadas, como a Associação Mineira de Municípios AMM-MG, Instituto INOVE, AMVALE, AMVAP e no próprio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. A Administração **tinha** firmado convênio também com a CNM – Confederação Nacional dos Municípios, buscando ampliar os meios de consultas e conhecimento técnico, objetivando segurança, eficiência e transparência na Gestão Municipal, porém foi rescindido em 2018 pelo motivo que a Confederação somente presta orientação via Telefone. Foi nomeado um Supervisor de Controle Interno exclusivamente para acompanhar, fiscalizar e emitir Parecer Técnico em todos os processos licitatórios deste Ente Público.

Os processos que chegam ao nosso conhecimento muitas vezes são detectados vícios e irregularidades formais, tais como: falta de assinaturas, falta de documentos, erros de português, erros de digitação nas quantidades ou especificações, erro de soma, multiplicação, numeração das páginas, ilegibilidade de documentos, informações contraditórias em termos de referências, minutas de editais, contratos ou atas, e etc., mas que procuramos orientar, sempre que possível, de forma prévia e concomitante para que fossem sanados tais vícios antes da publicação ou da homologação dos processos. Orientamos também para que em todos os processos licitatórios sejam anexadas cópias de todos os comprovantes da despesa com a respectiva numeração seqüencial.

3. Determinações Legais

Lei Federal 4.320/64, artigo 75:

Art. 75 : (...)

Analisaremos o artigo 75 da Lei 4.320/64.

I – “a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações;”



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

Cabe aqui lembrar que a Lei 4.320 dispõe que o controle da execução do orçamento atuará sobre a legalidade dos atos praticados pelos gestores, sobre a fidelidade funcional dos agentes da administração e sobre o cumprimento do programa de trabalho previsto para o exercício financeiro.

Através de acompanhamento dos documentos contábeis, o Controle Interno dentro das suas limitações técnicas, observou a legalidade dos atos que geraram receitas, em conformidade com os ditames contidos nos artigos 11 a 14 da LC 101/00. Dentro deste exercício 2018 houve um relevante aumento da Receita Tributária (+13,22%) se comparar com o exercício anterior 2017. Na Receita Tributária percebemos um aumento no IPTU, IRRF e ITBI, já o ISSQN apresentou queda devida várias empresas estarem migrando para o Simples Nacional. Nas Transferências Correntes apesar de um pequeno aumento do FPM, houve **queda** total de (-2,35%), ocasionado principalmente pela redução de (-9,90%) do ICMS e redução de (-20,04%) do Fundeb, além de outras receitas que foram menores em decorrência do confisco sofrido neste período, devido a crise econômica do Estado de Minas Gerais. Conforme dados apresentados pela AMM-MG a Dívida do Estado de Minas Gerais com este Município de Conquista/MG atualizada em 09/01/2019 totalizou o montante de R\$ 3.691.261,60, oriunda dos repasses do ICMS, FUNDEB, Saúde, Piso Mineiro e Transporte Escolar. Se compararmos o total geral da Receita (corrente + capital), em 2018 foi menor em -1,11% que o exercício 2017.

Em relação à despesa pública é importante mencionar que orçamento público é um instrumento de planejamento e execução das finanças públicas. O conceito está intimamente ligado à previsão das Receitas e à fixação das Despesas públicas. Planejamento é o conjunto previamente ordenado de ações com o fim de alcançar-se posições futuras desejadas. “Planejar é decidir com antecedência o que fazer, como fazê-lo, quando fazê-lo, e quem deve fazê-lo”. Durante o exercício 2018 verifica-se que a execução da despesa empenhada ficou 6,37% acima da fixada para o exercício. A administração utilizou o superávit financeiro do exercício anterior para abertura de créditos adicionais.

É importante frisar que ao participarmos, juntamente com o Contador, de um excelente curso de LOA nos dias 05 e 06 de julho/2018 na AMVAP-MG, ministrado pelo professor Antônio Rodrigues – analista do TCE-MG, fizemos orientações ao departamento de contabilidade, atual responsável pela elaboração da Lei Orçamentária, no sentido de quando da elaboração dos novos instrumentos de planejamento reúna com o Secretário ou Gestor de cada Unidade Orçamentária, objetivando a definição dos programas, objetivos, público alvo, ações e metas que se pretende executar e alcançar, além da estrita



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

observância do inciso I, § 1º art.48 da lei 101/2000, incluído pela Lei 131/2009. Uma outra orientação importante que fizemos após o curso é que todas as vezes que for necessário a suplementação e anulação orçamentária deve o Setor competente (empenho/contabilidade) solicitar formalmente ao Secretário ou Gestor responsável pela unidade da despesa de qual dotação (classificação funcional programática), deverá ser utilizada o saldo orçamentário, bem como a fonte de recurso que irá suportar a despesa.

III – “o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços”.

A execução dos Programas de Trabalho e do orçamento repete a exigência contida no inciso III, do art. 75, da Lei Federal 4.320/64.

Ao analisarmos os gastos por Função de governo podemos observar que foram aplicados maiores recursos nas áreas Administrativas, Saúde, Educação e Urbanismo.

FUNÇÃO	3º. Quadrimestre Setembro da Dezembro 2018	% Quadrimestre	Execução Acumulada no Ano 2018
Legislativa	554.204,21	5,57%	1.424.572,38
Judiciária	172.650,94	1,73%	587.070,35
Administração	3.025.851,12	30,40%	7.900.201,22
Assistência Social	251.281,74	2,52%	535.458,10
Saúde	2.635.794,81	26,48%	7.665.403,73
Educação	1.946.085,93	19,55%	4.902.044,41
Cultura	275.171,95	2,76%	457.357,01
Urbanismo	914.902,33	9,19%	2.614.123,72
Gestão Ambiental	1.968,28	0,02%	18.646,77
Agricultura	114.697,51	1,15%	347.782,43
Comércio e Serviços	1.947,94	0,02%	6.529,64
Transporte	40.734,05	0,41%	123.481,18
Desporto e Lazer	18.326,48	0,18%	71.222,80
TOTAL GERAL	9.953.617,29	100,00%	26.653.893,74

Para todas as despesas licitadas, exigiu-se a confecção de Contratos e/ou Atas de Registro de Preços, conforme exigência na **Lei 8.666/93**, suas posteriores alterações, o Decreto nº. 9.412/2018 e o disposto na **Lei 10.520/2002**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

4. Instrução Normativa nº. 004/2017 TCE-MG (Poder Executivo)

Em relação às determinações para o Controle Interno, constantes no artigo. 2º., Anexo I da **Instrução Normativa nº. 04 de 2017**, (Chefe do Poder Executivo Municipal). Devemos informar:

Anexo 1: Anexo da Instrução Normativa nº. 04/2017

1.1) – CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE ORÇAMENTÁRIA;

A Lei Municipal nº. **1.193/2017 (PPA)** estabeleceu para o quadriênio 2018 a 2021 as Diretrizes, Ações, Objetivos e Metas por Programas do Plano Plurianual. Esta lei institui o Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio supracitado em cumprimento ao disposto no art.165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes, e nas despesas de duração continuada.

O Órgão de Controle Interno considera que a execução atingiu em grande parte os programas e ações previstos no PPA e na LOA, dentro das possibilidades e disponibilidades financeiras da Administração.

Em relação às metas estabelecidas na **Lei de Diretrizes Orçamentária 2017** criada através da Lei nº. **1.191.2017**, podemos dizer que foram atingidas grande parte das metas previstas para o exercício em análise.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS – EXERCÍCIO 2018						
	REALIZAÇÃO			VALOR (R\$)		%
AÇÕES/METAS PREVISTAS NO PPA E LDO/LOA	SIM	NÃO	Parcial	PREVISTO Atualizado (R\$)	REALIZADO Liquidado em 2018 (R\$)	
Programa – 0001 Operações Especiais			X	261.000,00	148.542,40	56,91%
Programa – 0002 Poder Legislativo			X	1.762.000,00	1.424.572,38	80,85%
Programa – 0003 Gestão Administrativa	X			5.863.213,00	5.416.845,07	92,39%
Programa – 0004 Esporte de Participação, Rendimento e Educativa			X	425.300,00	349.321,71	82,14%
Programa – 0005 Difusão Cultural	X			640.280,00	579.378,21	90,49%
Programa – 0006 Desenvolvimento do Agronegócio	X			376.350,00	347.782,43	92,41%
Programa – 0007 Defesa da Ordem Jurídica	X			597.500,00	587.070,35	98,25%
Programa – 0008 Educação para Todos	X			6.193.814,72	5.842.047,25	94,32%
Programa – 0009 Saúde ao Alcance de Todos	X			7.999.536,00	7.665.403,73	95,82%
Programa – 0010 Proteção Social			X	1.341.700,00	992.875,24	74,00%
Programa – 0011 Iluminação Pública	X			635.100,00	613.742,03	96,64%
Programa – 0012 Habitação, Urbanismo, Infra-estrutura e Estradas			X	3.271.167,12	2.596.455,70	79,37%
Programa – 0013 Gestão Ambiental e Turística			X	160.900,00	89.857,24	55,85%
Programa – 9999 Reserva de Contingência		X		0,00	0,00	0,00%
TOTAIS				29.527.860,84	26.653.893,74	90,27%



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

O Poder Executivo através da **Controladoria Interna, do Setor de Contabilidade e do Setor Financeiro**, realizou Audiências Públicas nos meses de maio 2018, setembro 2018 e fevereiro 2019 demonstrando ao Corpo Legislativo da Câmara Municipal e aos Municípes presentes o Desempenho Orçamentário Quadrimestral bem como o cumprimento, avaliação das metas e os limites estabelecidos pela legislação atual, em atendimento ao parágrafo 4º., artigo 9º. da Lei 101/2000 e ao comando no artigo 180 da Lei Orgânica Municipal. Os Relatórios com as orientações e apontamentos se encontram disponível no Portal Web da Prefeitura endereço eletrônico <http://www.conquista.mg.gov.br/controladoria/relatorio-e-audiencias-publicas>.

O cálculo na tabela acima se refere às **despesas liquidadas** no período no montante de **R\$ 26.653.893,54**. As despesas empenhadas atingiram o montante de **R\$ 27.277.500,95**. A diferença entre a empenhada e a liquidada atingiu o valor de **R\$ 623.607,21**, sendo este o valor real dos Restos a Pagar NÃO PROCESSADOS. Já os restos a pagar PROCESSADOS perfizeram o montante de **R\$ 650,40**.

1.2) – RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E À EFICÁCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL;

A eficiência pode ser definida como: “critério de desempenho; é a otimização dos recursos disponíveis, através da utilização de métodos, técnicas e normas, visando o menor esforço e ao menor custo na execução das tarefas.”

A eficácia, diz respeito ao atingimento de objetivos e metas em busca de alcançar os resultados almejados. A **efetividade** é um conceito fundamental para este Controle Interno, refere-se à preocupação da organização com seu relacionamento externo, sua sobrevivência e atendimento das necessidades Educacionais, Sociais, de Saúde Pública e de Infra-estrutura, pressupondo ainda certo grau de eficiência e eficácia.

A efetividade é a medida do impacto dos resultados alcançados sobre a realidade que se buscava alterar.

A literatura sobre *accountability*, no Brasil, procura enfatizar a preocupação acerca da eficácia dos mecanismos de controle de fiscalização e punição das ações ilícitas praticadas pelos agentes políticos no



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

exercício de suas funções. Os principais objetivos estabelecidos pela *accountability* estariam relacionados ao controle e fiscalização das decisões políticas através do dever de Prestar Contas.

1.2.1 – Execução Orçamentária

O Controle Interno acompanhou a execução orçamentária, financeira, administrativa e operacional, bem como análise das demonstrações contábeis e registros que deram origem às mesmas (balancetes mensais, notas de empenho e respectivos comprovantes, notas fiscais, demonstrativos financeiros, processos licitatórios e etc).

A Lei Municipal nº. **1.206/2017** (Lei Orçamentária Anual) determinou a previsão anual para as receitas e despesas do exercício **2018**, ficando estabelecidas das seguintes formas:

QUADRO I - COMPARATIVO DAS METAS BIMETRAIS DE ARRECADAÇÃO

Artigo 13 da Lei Complementar 101/2000

Em R\$

BIMESTRE	META DE ARRECADAÇÃO	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA
1º.	4.274.166,66	4.397.273,82	123.107,16
2º	4.274.166,66	3.991.282,70	-282.883,96
3º.	4.274.166,66	5.034.187,76	760.021,10
4º.	4.274.166,66	4.361.653,32	87.486,66
5º.	4.274.166,66	3.732.052,00	-542.114,66
6º.	4.274.166,70	3.996.187,58	-277.979,12
TOTAL	25.645.000,00	25.512.637,18	-132.362,82



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

QUADRO II – TABELA DE ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE/COMPARAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS EXERCÍCIOS 2017 E 2018.

Tabela

Em R\$

Receitas	Janeiro a Dezembro 2017			Janeiro a Dezembro 2018		
	Previsão Anual (A)	Execução Anual (B)	(B/A)*100 %	Previsão Anual (A)	Execução Anual (B)	(B/A)*100 %
Receitas Correntes	22.900.000,00	25.598.405,38	111,78%	24.745.000,00	25.118.862,18	101,52%
Receitas de Capital	1.100.000,00	201.940,00	18,36%	900.000,00	393.775,00	41,54%
Total Receita	24.000.000,00	25.800.345,38	107,50%	25.645.000,00	25.512.637,18	99,49%

Despesas	Janeiro a Dezembro 2017			Janeiro a Dezembro 2018		
	Fixação (A)	Execução Anual (B)	(B/A)*100 %	Fixação (A)	Execução Anual (B)	(B/A)*100 %
Despesas Correntes	20.661.000,00	21.926.771,50	106,13%	21.727.000,00	25.324.665,04	116,56%
Despesa de Capital	3.299.000,00	1.135.096,32	34,41%	3.878.000,00	1.329.228,70	34,28%
Reserva Contingência	40.000,00	0,00		40.000,00	0,00	
Total Despesa	24.000.000,00	23.061.867,82	96,09%	25.645.000,00	26.653.893,74	103,94%
Resultado		+2.738.477,56			-1.141.256,56	

A arrecadação no exercício de 2018 alcançou **99,49%** da receita inicialmente prevista para o ano. Já a execução **despesa liquidada** no mesmo período alcançou um índice de **103,94%** da despesa inicialmente fixada.

1.2.2 Balanço Orçamentário Exercício 2018.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

DESCRIÇÃO	RECEITA PREVISTA/DESPESA ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA/DESPESA LIQUIDADADA	DIFERENÇA
Soma das Receitas	25.645.000,00	25.512.637,18	(132.362,82)
Déficit	3.882.860,84	1.141.256,56	(2.741.604,38)
Total	29.527.860,84	26.653.893,74	(2.873.967,10)
Soma das Despesas	29.527.860,84	26.653.893,74	(2.873.967,10)
Superávit	-		
Total	29.527.860,84	26.653.893,74	(2.873.967,10)

1.2.3 Análise da Receita Fixada/Realizada e Despesa Empenhada/Realizada/Processada:

DISCRIMINAÇÃO	Previsto/ Fixado	Realizado/ Empenhado	Realizado/ Liquidado
Receitas	R\$ 25.645.000,00	R\$ 25.512.637,18	R\$ 25.512.637,18
Despesas	R\$ 25.645.000,00	R\$ 27.277.500,95	R\$ 26.653.893,74

1.2.4 - Avaliação da Gestão Financeira

Em síntese a execução financeira demonstrou equilíbrio no exercício financeiro de 2018, assim processou:

DEMONSTRATIVO DA RECEITA REALIZADA, DESPESA PAGA, SALDO FINANCEIRO E DOS RESTOS A PAGAR CONSOLIDADO COM O LEGISLATIVO EM 31.12.2018.

Exercício	RECEITAS REALIZADA		TOTAL	DESPESAS EXECUTADA PAGA		TOTAL	Diferença	SALDO BANCÁRIO EM 31/08/2018	Entradas Total 2018	Retiradas Total 2018	SALDO Disponível Em 31.12.2018
	Orçament.	EXTRA- ORÇAMENT		Orçament.	EXTRA- ORÇAMENT						
2018			RECEITAS			DESPESAS					
3º. Quad.	7.728.239,58	2.054.079,23	9.782.318,81	10.515.693,94	2.345.803,59	12.861.497,53	-3.079.178,72	8.322.845,51	20.439.333,45	23.518.512,17	5.243.666,79
							Saldo em →	31/12/2017			
Acum.	25.512.637,18	4.400.122,79	29.912.759,97	26.653.243,34	4.809.303,92	31.462.547,26	-1.549.787,29	6.793.454,08	58.195.517,00	59.745.304,29	5.243.666,79



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

CONTA	VALOR R\$
Banco contas movimento - Prefeitura	2.858.190,55
Banco contas vinculadas - Prefeitura	2.385.476,24
Saldo disponível em 31.12.2018	5.243.666,79

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR EM 31.12.2018

RESTOS A PAGAR	VALOR R\$
Restos a pagar PROCESSADOS - PREFEITURA	650,40
Restos a pagar NÃO PROCESSADOS - PREFEITURA	623.607,21
Total restos a pagar em 31.12.2018	624.257,61

A execução financeira apresentou no final do exercício disponibilidade de **R\$ 5.243.666,79**, sendo **R\$ 2.858.190,55** Contas Movimento, **R\$ 2.385.476,24** Contas Vinculadas. Os Restos a Pagar Processados apresentam o montante de **R\$ 650,40** e os Não Processados o montante de **R\$ 623.607,21**. O montante dos Restos a pagar **não processados** refere-se às despesas que não foram executadas totalmente dentro do exercício, mas que foram contratadas e empenhadas e **vão sendo baixada a Nota de Liquidação conforme boletim de medições das Obras, confirmação da Secretaria informando que as mercadorias foram entregues ou os serviços foram executados em condições satisfatórias e, estando em conformidade com o processo licitatório e o que estiver estabelecido nos Contratos ou nas Atas de Registro de Preços.**

1.2.5 - Gestão Patrimonial



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

Conforme informado via ofício pelo Fiscal Tributário, pela Gestora de Arrecadação e pela Secretaria Municipal de Fazenda, a Dívida Ativa no encerramento do exercício totalizou o valor de **R\$ 327.788,25**. Existem também contribuintes em débito com a dívida que já se encontram em protesto em cartório e outros em execução judicial. A Procuradoria nos informou que sobre as execuções fiscais, desde 2017 está sendo recuperados os créditos não prescritos. Primeiramente pela via da execução fiscal, e também foi passado a utilizar a via do protesto para os créditos de pequena monta, visando economia de recursos.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

SALDO ANTERIOR	EMIÇÃO	ATUALIZAÇÃO	RESGATE	CANCEL.	SALDO ATUAL
2.622.666,77	0,00	166.625,77	372.040,63	307.800,35	2.109.451,56

O saldo da Dívida Fundada (dívida de longo prazo – superior a doze meses) em **31/12/2018** foi de **R\$ 2.109.451,56**, proveniente de parcelamento com o INSS. Conforme informado pela Procuradoria Municipal em 2018 os Precatórios foram quitados junto a CEPREC. O valor apresentado na demonstração da Dívida Fundada referente a parcelamentos confere com a despesa contabilizada nos elementos 4.6.90.71.00 – Principal da Dívida Contratual Resgatada e 4.6.90.91 Sentenças Judiciais.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	BAIXA	CANCEL.	SALDO FINAL
626.548,11	27.188.626,09	26.962.646,84	7.083,23	845.444,13



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

Neste quadro demonstra a dívida de Curto Prazo, ou seja, a dívida com prazo de vencimento inferior a 12 meses.

1.2.6 – ALMOXARIFADO

A partir de 24 de julho de 2018 instituímos **Instrução Normativa 004/2018** que estabelece normas sobre a requisição/protocolo de entrega, recebimento, devolução, armazenamento e saída de materiais dos almoxarifados da Prefeitura Municipal de Conquista/MG. Após a mesma ter entrado em vigor fizemos uma visita técnica no almoxarifado central e no almoxarifado da saúde que foram seguidas de várias orientações aos Almoxarifes de como proceder com controle de estoque eficiente e organizado, orientações sobre o Sistema informatizado que já trabalha integrado com o Sistema do Departamento de Compras, no almoxarifado da saúde orientamos para a não continuidade de emissão de requisição de saídas manuais, pois no sistema dispõe do Protocolo de Entrega integrado ao controle de estoque, sendo este assinado pelo responsável pela retirada, pelo Secretário responsável pelo Almoxarifado e pelo Almoxarife. Fizemos recomendações e orientações que seguem desde a melhor organização, condições de trabalhos, novamente reiteramos a necessidade de implantação de etiquetas e leitor de código de barras principalmente no Almoxarifado Central e no da Secretaria de Saúde. Sempre orientamos para a restrição do acesso de pessoas que não sejam responsáveis e nem trabalham no local, sendo esta permanência exclusiva do Almoxarife responsável pelo setor, para o controle e organização das Notas Fiscais arquivadas mensalmente e em ordem sequencial cronológica. Os relatórios de fiscalização e orientação - visitas técnicas realizada por essa controladoria nos Almoxarifados dessa Administração em todos os exercícios se encontram disponíveis em pastas no arquivo deste Setor de Controle Interno.

Lembramos também aos Gestores, que a visita técnica e auditoria deve ser sempre entendida como uma atividade de assessoramento à Administração, de caráter essencialmente preventivo, destinada a agregar valor e a melhorar as operações da entidade, assistindo-a na consecução de seus objetivos mediante uma abordagem sistemática e disciplinada, fortalecendo a gestão e racionalizando as ações de controle interno. A partir de 2019 não mediremos esforços para que esta importante Norma de Procedimento instituída seja implantada na íntegra em todos os Almoxarifados da Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

1.3) – OBSERVÂNCIA DOS LIMITES PARA INSCRIÇÃO DE DESPESAS EM RESTOS A PAGAR, BEM COMO DOS LIMITES E DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL;

O Controle Interno conferiu os ditames contidos no art.42 da LC 101/00. Vejamos:

1.3.1 - Comparativos das disponibilidades Financeiras e dos Restos a Pagar em 31.12.2018:

1) SALDO EM DISPONIBILIDADE	
CAIXA - Prefeitura	R\$0,00
BANCOS (Contas movimento)	R\$ 2.858.190,55
BANCOS (Contas Vinculadas)	R\$ 2.385.476,24
SOMA	R\$ 5.243.666,79
2) RESTOS A PAGAR INSCRITOS	
DESPESAS PROCESSADAS (Liquidadas)	R\$ 650,40
DESPESAS NÃO PROCESSADAS (Não liquidadas)	R\$ 623.607,21
Subtotal (total resto a pagar em 31.12.2018)	R\$ 624.257,61
SOMA/DIFERENÇA (1-2)	R\$ 4.619.409,18
<u>Diferença entre a Disponibilidade Financeira e os Restos a Pagar Processados</u>	
<u>(Liquidados) em 31.12.2018.....</u>	<u>R\$ 5.243.016,39</u>

1.3.2 -DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR REFERENTE AO EXERCÍCIO 2017

RESTO A PAGAR DE 2017 (empenhos liquidados)	PAGO em 2018 referente a 2017	VALOR A PAGAR DE 2017
79.908,07	72.708,07	7.200,00

A Prefeitura em 31 de Dezembro de 2017 teve um resto a pagar de empenhos processados no valor de R\$ 79.908,07, os quais foram pagos até 31 de agosto o montante de R\$ 72.708,07. O Saldo a pagar de R\$ 7.200,00 refere-se ao pagamento de servidores a serviço da Farmácia de Minas, pois o governo do



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

Estado não repassou o recurso até a presente data. Conforme disposto no **artigo 42 da lei 101/2000**, é vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

ACOMPANHAMENTO DO DISPÊNDIO COM PESSOAL

1.3.3 - Demonstrativos Resumidos da Receita Corrente Líquida, (mês de referência dezembro de 2018).

ESPECIFICAÇÕES	Mês de referência DEZEMBRO/2018	%
Receita Tributária	2.357.453,38	9,39%
Receita Patrimonial	333.751,44	1,33%
Transferências Correntes	26.708.251,09	106,33%
Outras Receitas Correntes	110.667,37	0,44%
(-) Dedução Receita pra formação FUNDEB	-4.391.261,10	-17,48%
Receita Corrente Líquida	25.118.862,18	100,00%

1.3.4 - Demonstrativo Resumido da Despesa com Pessoal - Executivo.

DISCRIMINAÇÃO	MÊS DE REFERENCIA	VALOR ACUMULADO (NO MÊS E NOS ONZE MESES ANTERIORES AO EXERCÍCIO CORRENTE)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (A)	DEZEMBRO 2018	25.118.862,18
GASTOS COM PESSOAL ATIVO DA PREFEITURA (B)		13.176.369,37
PERCENTUAL APLICADO PELA PREFEITURA (B/A)		52,46%

A tabela acima demonstra que a despesa com pessoal no período em referência consumiu **52,46%** da receita corrente líquida arrecadada, ficando acima do limite prudencial (51,30%) e abaixo do limite legal máximo (**54%**), conforme Artigo 19 c/c com o Artigo 20 da lei LRF 101/2000.

NOTA: Em observância ao disposto no Inciso III, Artigo 59 da Lei 101/2000, verificamos que neste TERCEIRO quadrimestre o dispêndio com pessoal se encontra com percentual **ACIMA** dos 95% (limite prudencial), do limite legal máximo 54% previsto na alínea b, inciso III, art. 20 da Lei 101/2000. A Controladoria emitiu e apresentou ao Gestor Municipal relatórios de acompanhamento mensal do dispêndio



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

com pessoal com emissão de **orientações** durante o exercício 2018 e no mês de dezembro fez a seguinte **recomendação/alerta**:

Alerta da Controladoria: Com fulcro no inciso III, Art. 59 da lei 101/2000, verificamos que neste 3º. Quadrimestre/2018 a despesa com pessoal excedeu 95% (51,30% Limite Prudencial) do limite máximo para o Poder Executivo (54% art.20, III, b), **portanto orientamos que sejam observadas as vedações dispostas no parágrafo único do artigo 22 c/c 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei 101/2000.**

1.4) - APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, BEM COMO EM AÇÕES E EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, NOTADAMENTE QUANTO AO VALOR RESIDUAL DE QUE TRATA O ART. 25 DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 141 DE 13 DE JANEIRO DE 2012, COM A ESPECIFICAÇÃO DOS ÍNDICES ALCANÇADOS;

1.4.1 - Aplicações Constitucionais no setor de Educação

Artigo 212 da CR/88 c/c com a EC 53/2006.

Lei 9.394/96

IN TCE/MG 013/2008 – IN 01/10 – IN 09/11 – IN 05/2012

Acumulado até Dezembro	Receita Base cálculo	Valor mínimo a aplicar 25%	Valor aplicado	% Percentual
2018	24.786.716,64	6.196.679,16	7.378.918,27	29,77%
	,			

Conforme podem ser observados os gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino até o mês de Dezembro foi de 29,77% da receita arrecadada dos impostos e transferências constitucionais, atendendo o disposto no art. 212 CR/88.

No Exercício 2018, de cada R\$ 100,00 oriundos de arrecadação de impostos e transferências constitucionais R\$ 29,77 foram aplicados na manutenção das ações de ensino.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

1.4.2 - Aplicações dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB – (CF, ADCT, Art. 60 Incisos I, IV e XII) c/c Emenda Constitucional 53/2006.

Lei 11.494/07

IN TCE/MG 009/2011 – IN 005/2012

FUNDEB

Saldo disponível em 31/12/2017	R\$ 20.393,07
TÍTULOS	VALOR acumulado até Dezembro 2018
RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (incluídas aplicações) (A)	R\$ 1.494.737,52
DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO (B)	R\$ 1.492.138,82
DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO COM A REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (C)	R\$ 1.275.074,00
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31/12/2018	R\$ 22.991,77
PERCENTUAL APLICADO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO 60%(C/A)	84,16%

Conforme pode ser observado, os gastos com a remuneração dos profissionais do magistério com recursos do **FUNDEB** atingiram o limite de **84,16%** (por cento) da receita arrecadada, sendo que de acordo com a Lei 11.494/07 devem ser aplicados no mínimo 60% com estes profissionais. **Frisa-se que este percentual do FUNDEB somente pode ser aplicado aos profissionais em efetivo exercício de suas atividades na rede pública municipal.**

1.4.3 - Aplicações constitucionais no setor de Saúde

Artigo 198, parágrafo 2º., Inciso III da CR/88 c/c EC 29/2000.

Leis Federais 8.080/90, 8.142/90 e 141/2012.

IN TCE/MG 008/2011 – IN 005/2012

Evidenciamos abaixo quadro de aplicação dos recursos nas ações e serviços Públicos de Saúde

TÍTULOS	VALOR acumulado até Dezembro 2018
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (A)	24.075.241,48
GASTOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS (B)	6.276.502,46
VALOR MÍNIMO A APLICAR (C)	3.611.286,22
PERCENTUAL APLICADO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICO DE SAÚDE (B/A)	26,07%



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

No Exercício 2018, o município aplicou nas ações e serviços públicos de saúde **26,07%** das receitas de impostos e transferências constitucionais.

De cada R\$ 100,00 oriundos da arrecadação de impostos e transferências R\$ 26,07 foram gastos com a manutenção das ações dos serviços públicos de saúde.

1.5) – DESTINAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS;

SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2017	RECEITA DE CAPITAL COM ALIENAÇÃO DE BENS E/OU INDENIZAÇÃO NO <u>EXERCÍCIO 2018</u>, INCLUINDO APLICAÇÕES FINANCEIRAS	DESPESA DE CAPITAL REALIZADA COM RECURSOS DE ALIENAÇÕES DE BENS	SALDO FINANCEIRO A APLICAR EM 2019
R\$ 397.005,38	R\$ 12.717,02	R\$ 0,00	R\$ 409.722,40

No exercício de 2018 a origem dos recursos no valor de R\$ 12.717,02 foram rentabilidades da conta específica – Banco 341 Itaú, Agência 5161, conta bancária 1485-6, nome BCO Itaú – Equipamentos. No exercício 2018 não houve despesa com essa fonte de recurso.

Assim dispõe o artigo 44 da Lei complementar 101/2000 “in verbis”:

Art. 44. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

1.6) – OBSERVÂNCIA DO REPASSE MENSAL DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO;

O Município de Conquista atendeu ao disposto no art. 29 – A, da Constituição Federal e efetivou em 2018 o repasse de **R\$ 1.784.883,35** (um milhão, setecentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

oitenta e três reais e trinta e cinco centavos) para o Legislativo, valor dentro do percentual constante no **Artigo 2º. da Emenda Constitucional 058/2009** (7% sete por cento para Municípios com população de até 100.000 (cem mil habitantes). O valor foi apurado em cima da receita base de cálculo do exercício anterior (2017) que atingiu o montante de **R\$ 25.498.333,60.** (*grifamos*)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITA DA CÂMARA – PARA O EXERCÍCIO 2018	1.784.883,35
ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO (EXERCICIO ANTERIOR)	25.498.333,60
% REPASSE	7%

Os repasses que foram efetuados ao Poder Legislativo durante o exercício 2018, corresponderam a 7% da Arrecadação do Município no exercício anterior, em conformidade com o disposto na Emenda Constitucional 58/2009. A estimativa mensal de repasse é de R\$ 148.740,28. Os repasses foram efetuados até o dia 20 de cada mês e, até o dia 20 do mês de Dezembro foram repassados o montante total de **R\$ 1.719.382,12**, observando assim o disposto no inciso II, parágrafo 2º. do artigo 29-A da Carta Magna, conforme Nota Explicativa abaixo:

Nota explicativa: No repasse do mês de janeiro houve o desconto de **R\$ 65.501,23** em atendimento do ofício 03/2018 enviando pela Câmara Municipal e em observância às determinações impostas pelo §3, artigo 3º. da Instrução Normativa 008/2003 TCE-MG. Portanto o repasse do dia 19/01/2018 foi no montante de **R\$ 83.239,05**, já que o saldo financeiro que permaneceu em poder da Câmara em 31/12/2017, foi no montante de **R\$ 65.501,23**. Nota-se que o montante repassado até dezembro 2018 **R\$ 1.719.382,12** mais (+) a diferença do saldo de **R\$ 65.501,23** perfizeram o valor total de **R\$ 1.784.883,35**. Destarte observa-se assim o cumprimento do disposto no inciso II, parágrafo 2º. do artigo 29-A da Carta Magna.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

1.7) – APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS REALIZADA POR ENTIDADES DE DIREITO PRIVADO;

Durante o exercício 2018 foram subvencionados o montante de R\$ 183.571,00 para entidades filantrópicas conforme as Leis Municipais nº. 1.207/2017 e 1.215/2018, o montante de R\$ 130.980,00 através do convênio de rapasse financeiro nº. 021/2018 firmado com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais objetivando a aquisição de duas viaturas para este município (ainda não foi executado a entrega das viaturas), e o montante de R\$ 344.539,30 em contribuições para entidades e empresas com fins e sem fins lucrativos, conforme Termos de Cooperação, Termos de Fomentos e os convênios firmados com entidades. O Poder Executivo baixou o **Decreto Nº. 2474 de 09 de janeiro de 2018**, que Disciplina os procedimentos administrativos relativos às parcerias entre o Município e as organizações da sociedade civil, nos termos da **Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014**.

1.8) – MEDIDAS ADOTADAS PARA PROTEGER O PATRIMÔNIO PÚBLICO, EM ESPECIAL O ATIVO IMOBILIZADO;

No exercício 2018 a Controladoria em conjunto com a Gestora de Patrimônio e o responsável pela Secretaria de Administração, instituiu a Instrução Normativa nº. 005/2018 que *"Estabelece normas para tombamento, registro, incorporação, movimentação, doação, controle preservação, inventário, cessão e baixa de bens patrimoniais móveis e imóveis, disciplinando as atividades de gestão de bens móveis e imóveis do Município de Conquista"*. A Administração baixou uma nova Portaria Municipal Nº 4087/2018, de 1º de Outubro de 2018, onde nomeia nova comissão permanente de avaliação patrimonial do Município de Conquista e dá outras providências. Foi realizada reunião com a comissão permanente de avaliação patrimonial para apuração do inventário dos bens móveis e imóveis e orientações sobre depreciação. De acordo com as informações da Gestão de Patrimônio foi realizada a efetivação da responsabilidade pela guarda, uso e conservação de bem patrimonial mediante **Termo de Responsabilidade** (documento que retrata a responsabilidade funcional assumida pelo titular de uma unidade integrante da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Conquista ou quem este indicar, sobre os bens ou conjunto de bens patrimoniais alocados para uso da unidade administrativa), gerados e entregue para cada setor conferir e efetuar as devidas assinaturas, assumindo assim a responsabilização. Durante as verificações e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

conferências houveram inúmeras solicitações de Transferência de Bens: Movimentação de material constituinte do acervo patrimonial entre as unidades da Prefeitura Municipal, com a conseqüente substituição da responsabilidade pela detenção da carga patrimonial e atualização do Termo de Responsabilidade.

Atualmente a Secretaria de Administração e RH é responsável pelo controle patrimonial de todos os setores nos termos do inciso VIII, artigo 39, Lei Complementar nº. 094/2017. Orientamos para a verificação e conferência do saldo do exercício anterior consolidado com as aquisições (entradas) e alienações (saídas), ou baixa, caso houvesse no exercício 2018, visando apurar o saldo patrimonial existente em valores e especificação de cada um dos Bens em 31.12.2018. Após a entrada em vigor da Lei 094/2017 nova Estrutura Administrativa, ficou determinado por competência em seu artigo 39, inciso VIII, que a Secretaria de Administração e Recursos Humanos deverá Controlar o Patrimônio Municipal do Poder Executivo. Esta Lei criou também um cargo de Gestor de Patrimônio e Recursos Humanos, o qual já foi nomeado um servidor para exercê-lo, inclusive está sendo autorizado a participar de vários cursos de capacitação nesta área para melhor exercer as atribuições, objetivando melhor controle, segurança e proteção ao Patrimônio Público.

A título de comunicação ao Tribunal em 2016 (Gestão anterior), durante a conferência dos bens existentes nas Unidades Municipais de Saúde foi detectada a falta de um Televisor de LED 40 polegadas lotado na Secretaria Municipal de Saúde e de um Monitor de Vídeo lotado na sala do PSF II. Foram realizados abertura de dois (02) processos administrativos nº. 001/2016 e 002/2016 instaurados pelas comissões nomeadas através das Portarias 3795/2016 e 3819/2016 respectivamente. **De acordo com o ofício do Departamento Jurídico enviado a esta controladoria em 27/12/2017, ficou decidido pela comissão o reconhecimento que a Secretaria Municipal de Saúde à época deverá responsabilizar pela restituição aos cofres públicos do valor dos bens, ora extraviados no período.** Durante a execução desses processos supramencionados a Controladoria alertou o Departamento Jurídico quanto aos prazos de conclusão previstos nos Estatuto, pois detectamos que estavam sendo ultrapassados os prazos previstos na legislação municipal. Recentemente o Procurador Municipal nos informou que os processos foram concluídos na instância administrativa, com a notificação dos envolvidos para ressarcimento, contudo, foi ajuizada ação judicial visando anular o processo administrativo nº. [0182.17.001103-1](#).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

De acordo com o art. 79 desta Norma de Procedimento IN 005/2018 supra, o não cumprimento de qualquer disposição desta IN ensejará a responsabilidade civil e criminal, se for o caso, a quem houver dado causa ao descumprimento, sem prejuízo da aplicação das medidas disciplinares previstas no Estatuto dos Servidores do Município de Conquista e da ação para o ressarcimento de eventuais danos e prejuízos causados aos cofres públicos municipais.

1.9) – TERMO DE PARCERIA FIRMADOS E PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM CONSÓRCIO PÚBLICO, AS RESPECTIVAS LEIS E O IMPACTO FINANCEIRO NO ORÇAMENTO; E

Durante o exercício 2018 este Município de Conquista MG não firmou termo de parceria e nem participou de consórcios públicos.

1.10) – CUMPRIMENTO, DA PARTE DOS REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DO MUNICÍPIO, DOS PRAZOS DE ENCAMINHAMENTO DE INFORMAÇÕES, POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS (SICOM), NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 4º. E DO CAPUT DO ART. 5º., AMBOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 10, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011, DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Conforme histórico das transmissões no módulo Instrumento de Planejamento do Poder Executivo (exercício 2018), o envio válido foi realizado dentro do prazo estabelecido no artigo 4º. da Instrução Normativa 010/2011. Todas as transmissões do módulo Acompanhamento Mensal foram realizadas dentro do prazo estabelecido no artigo 5º. da Instrução Normativa 010/2011, ou dentro dos prazos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

5.- CONCLUSÃO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

A obrigatoriedade de prestar contas está expressa no parágrafo único do art. 70 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a sua fiscalização será exercida pelo Controle Externo e pelo Sistema de Controle Interno de cada poder. A previsão constitucional do instituto da prestação de contas dá a exata dimensão de sua importância, representando um dos principais instrumentos de accountability do uso de recursos públicos junto à sociedade. Para seu funcionamento, os Órgãos Públicos são financiados pela sociedade, o que torna os cidadãos os principais beneficiários dos resultados a serem gerados pela sua atuação.

A percepção da Controladoria, é que muitos treinamentos serão necessários por parte dos órgãos de controle externo, associações de municípios, confederações e etc, devido às várias mudanças nas normas e na legislação que estamos vivenciando, pois conforme muito bem colocado na publicação do TCE MG no dia 22/03/2019 link, (<https://www.tce.mg.gov.br/Papa-enaltece-acao-dos-TCs.html/Noticia/111162358>), *a averiguação rigorosa das despesas por parte da magistratura contábil, de um lado, e a atitude correta e límpida dos responsáveis pela coisa pública, de outro lado, podem frear a tentação de gerir os recursos de modo incauto e para fins de clientelismo.* Deve ainda a Gestão buscar o fortalecimento e observar com rigor a **compliance** que é o conjunto de disciplinas e regras para fazer cumprir as normas legais e regulamentares.

Procuramos realizar nossos trabalhos de forma prévia e concomitante durante o exercício em referenda, nos setores internos da Prefeitura Municipal de Conquista Estado de Minas Gerais, visando à obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração e ao atendimento à legislação e normas vigente, com objetivo de impedir erros, fraudes ou ações que possam comprometer a segurança ao erário.

A crise econômica que atingiu o Estado de Minas Gerais em 2018 tem causado impacto negativo em vários Municípios mineiros, levando a centenas de gestores a adotar medidas extremas para contenção de gastos, muitas vezes influenciando no controle dos parâmetros estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, fazendo com que estes municípios mantenham apenas serviços essenciais à população. Em 2018, esta Administração procurou manter o equilíbrio das Contas Públicas e efetuar a aplicação dos índices constitucionais, conforme verificado nos demonstrativos da execução da Receita, Despesa, Disponibilidade Financeira e Restos a Pagar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

A Controladoria Geral, constitucionalmente, não está credenciada para fazer julgamentos, nem aplicar penalidades ou sanções aos agentes públicos, cabendo esta função ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário. Mas se suas determinações forem seguidas, certamente evitarão a condenação dos agentes públicos e dos servidores em geral, nessas instâncias. A sua existência não está condicionada à vontade do Administrador, mas o seu funcionamento e aceitação têm que ser geral, pois, sozinho não corrige, tem que haver vontade coletiva.

Por fim, podemos afirmar que o foco no resultado e na segurança dos controles internos tem permitido que as **ações** do Órgão de Controle Interno contribuam diretamente para a melhoria na segurança da gestão governamental. Assim, este Relatório exibiu a atender, além da exigência da Instrução Normativa do TCE-MG em epígrafe, os mandamentos legais relacionados ao Controle Interno.

Considerações Finais

Diante do exposto neste relatório, concluímos que os procedimentos sugeridos pela Controladoria trouxeram grande ajuda para a municipalidade, especialmente nos processos licitatórios e nos registros contábeis. A Prefeitura Municipal já dispõe de um novo Portal Web que se encontra em atualização, endereço www.conquista.mg.gov.br, que tem por objetivo ampliar a transparência nas ações governamentais, facilitar o acesso público das informações e atender sistematicamente às Leis 131/2009 e 12.527/2011. No desenvolver das atividades, ao verificar alguma ineficiência operacional, será feita notificação oficial aos responsáveis solicitando a sua regularização.

Examinamos os controles internos administrativos desta entidade, com base nos procedimentos, técnicas utilizadas e no limite dos nossos entendimentos técnicos, concluímos que os que estiveram em nossos conhecimentos, estão devidamente adequados e aderentes às orientações do órgão controlador, e encontram-se em condições de ser submetidos à apreciação desse Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

Com a apresentação deste relatório e das demonstrações contábeis relativas ao período em análise (*janeiro a dezembro*) **2018**, a Controladoria Geral do Município cumpre uma das suas tarefas, qual seja a apresentação da Prestação de Contas de responsabilidade do Poder Executivo da cidade de Conquista – Minas Gerais, em atendimento ao disposto no artigo 2º., Anexo I da Instrução Normativa **04/2017 TCE/MG** e a Lei 101/2000.

Este é o relatório, *salvo melhor juízo*.

Ângelo Tizo Roncolato Junior

CONTROLADOR INTERNO

CPF 001.987.256-98

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA – MG

Praça Cel. Tancredo França, 181

Fone: (034) 3353 1227 Ramal 206

E-mail: controladoria@conquista.mg.gov.br

Site: www.conquista.mg.gov.br

“A coisa mais indispensável a um homem é reconhecer o uso que deve fazer do seu próprio conhecimento.”

DATA BASE 31.12.2018.

PARECER CONCLUSIVO

A obrigatoriedade de prestar contas está expressa no parágrafo único do art. 70 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a sua fiscalização será exercida pelo Controle Externo e pelo Sistema de Controle Interno de cada poder. A previsão constitucional do instituto da prestação de contas dá a exata dimensão de sua importância, representando um dos principais instrumentos de accountability do uso de recursos públicos junto à sociedade. Para seu funcionamento, os Órgãos Públicos são financiados pela sociedade, o que torna os cidadãos os principais beneficiários dos resultados a serem gerados pela sua atuação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

A percepção da Controladoria, é que muitos treinamentos serão necessários por parte dos órgãos de controle externo, associações de municípios, confederações e etc, devido às várias mudanças nas normas e na legislação de regência que estamos vivenciando, pois conforme muito bem colocado na publicação do TCE MG no dia 22/03/2019 link (<https://www.tce.mg.gov.br/Papa-enaltece-acao-dos-TCs.html/Noticia/111162358>), *a averiguação rigorosa das despesas por parte da magistratura contábil, de um lado, e a atitude correta e límpida dos responsáveis pela coisa pública, de outro lado, podem frear a tentação de gerir os recursos de modo incauto e para fins de clientelismo.* Deve ainda a Gestão buscar o fortalecimento e observar com rigor a **compliance** que é o conjunto de disciplinas e regras para fazer cumprir as normas legais e regulamentares.

Procuramos realizar nossos trabalhos de forma prévia e concomitante durante o exercício em referenda, nos setores internos da Prefeitura Municipal de Conquista Estado de Minas Gerais, visando à obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração e ao atendimento a legislação vigente, com objetivo de impedir erros, fraudes ou ações que possam comprometer a segurança ao erário.

A crise econômica que atingiu o Estado de Minas Gerais em 2018 tem causado impacto negativo em vários Municípios mineiros, levando a centenas de gestores a adotar medidas extremas para contenção de gastos, muitas vezes influenciando no controle dos parâmetros estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, fazendo com que estes municípios mantenham apenas serviços essenciais à população. Conforme informado pela AMM-MG a Dívida do Estado com este Município até 09/01/2019 totalizou o montante de R\$ 3.691.261,60, oriunda do ICMS, Fundeb, Saúde(Cosems), Piso Mineiro e Transporte Escolar. Em 2018, esta Administração procurou manter o equilíbrio das Contas Públicas, a manter os serviços essenciais, manter os pagamentos dos servidores, fornecedores e prestadores de serviços em dia, e efetuar a aplicação dos índices constitucionais, conforme verificado nos demonstrativos da execução da Receita, Despesa, Disponibilidade Financeira e Restos a Pagar.

Em relação aos Gastos com Pessoal, esta Controladoria emitiu recomendação e alerta ao atual Gestor com as seguintes orientações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

Alerta do Controle Interno: *Com fulcro no inciso III, Art. 59 da lei 101/2000, verificamos que neste 3º. Quadrimestre/2018 a despesa com pessoal excedeu 95% (51,30% Limite Prudencial) do limite máximo para o Poder Executivo (54% art.20, III, b), portanto orientamos que sejam observadas as vedações dispostas no parágrafo único do artigo 22 c/c 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal. “Tendo em vista que o Dispêndio com Pessoal foi apurado no percentual de **52,46%** neste período, ultrapassando assim o limite previsto no parágrafo único do art. 22 da Lei 101/2000 (51,30%), orientamos para que sejam observado **as vedações impostas** pela Lei de responsabilidade fiscal, e que qualquer alteração ou remanejamento no quadro funcional que possa influenciar no disposto deste artigo, seu parágrafo único, e seus respectivos incisos , por prudência solicite **parecer jurídico** antes de executar o Ato.*

A Controladoria Geral, constitucionalmente, não está credenciada para fazer julgamentos, nem aplicar penalidades ou sanções aos agentes públicos, cabendo esta função ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário. Mas se suas determinações forem seguidas, certamente evitarão à condenação dos agentes públicos e dos servidores em geral, nessas instâncias. A sua existência não está condicionada à vontade do Administrador, mas o seu funcionamento e aceitação têm que ser geral, pois, sozinho não corrige, tem que haver vontade coletiva.

Por fim, podemos afirmar que o foco no resultado e na segurança dos controles internos tem permitido que as **ações** do Órgão de Controle Interno contribuam diretamente para a melhoria da gestão governamental. Assim, este Relatório exibiu a atender, além da exigência da Instrução Normativa do TCE-MG em epígrafe, os mandamentos legais relacionados ao Controle Interno.

Nesses termos manifesta esta Controladoria pela emissão de **Parecer pela Aprovação das Contas**, e com observância nas recomendações emitidas, no acompanhamento do limite do dispêndio com pessoal, e monitoramento pelo E. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. (g.n.)

Considerações Finais

Diante do exposto neste relatório, concluímos que os procedimentos sugeridos pela Controladoria trouxeram grande ajuda para a municipalidade, especialmente nos processos licitatórios e nos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

registros contábeis. A Prefeitura Municipal já dispõe de um novo Portal Web que se encontra em atualização, endereço eletrônico www.conquista.mg.gov.br, e que tem por objetivo ampliar a transparência nas ações governamentais, facilitar o acesso público das informações e atender sistematicamente às Leis 131/2009 e 12.527/2011. No desenvolver das atividades, ao verificar alguma ineficiência operacional, será feita notificação oficial aos responsáveis solicitando a sua regularização.

Examinamos os controles internos administrativos desta entidade, com base nos procedimentos, técnicas utilizadas e no limite dos nossos entendimentos técnicos, concluimos que os que estiveram em nossos conhecimentos, estão devidamente adequados e aderentes às orientações do órgão controlador, e encontram-se em condições de ser submetidos à apreciação desse Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Com a apresentação deste relatório e das demonstrações contábeis relativas ao período em análise (*janeiro a dezembro*) **2018**, a Controladoria Geral do Município cumpre uma das suas tarefas, qual seja a apresentação da Prestação de Contas de responsabilidade do Poder Executivo da cidade de Conquista – Minas Gerais, em atendimento ao disposto no artigo 2º, Anexo I da Instrução Normativa **04/2017 TCE/MG** e a Lei 101/2000.

Este é o relatório, *salvo melhor juízo*.

Ângelo Tizo Roncolato Junior

CONTROLADOR INTERNO

CPF 001.987.256-98

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA – MG

Praça Cel. Tancredo França, 181

CEP-38.195.000

Fone: (034) 3353 1227 Ramal 206

E-mail: controladoria@conquista.mg.gov.br

Site: www.conquista.mg.gov.br

“A coisa mais indispensável a um homem é reconhecer o uso que deve fazer do seu próprio conhecimento.”

DATA BASE 31.12.2018